



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo n° 18471.000731/2004-14
Recurso n° 244.383 Voluntário
Acórdão n° **3302-01.559 – 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária**
Sessão de 25 de abril de 2012
Matéria PIS
Recorrente FIORENZA AUTO DISTRIBUIDORA LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Período de apuração: 01/04/2001 a 31/12/2001, 01/02/2002 a 30/11/2002

ENQUADRAMENTO LEGAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. Embora o Termo de Verificação Fiscal pudesse ser mais detalhado, a análise cuidadosa das planilhas fiscais, combinadas com os esclarecimentos contidos no Termo, permitem a adequada compreensão da apuração das bases de cálculo utilizadas. Assim, não procede a alegação de cerceamento de defesa.

CRÉDITOS APURADOS DE OFÍCIO PELA FISCALIZAÇÃO. UTILIZAÇÃO.

O pagamento a maior ou indevido, feito no período fiscalizado e apurado pela Fiscalização, deve ser compensado pela autoridade fiscal lançadora, desde que disponível para alocação nos sistemas da SRF, com débitos apurados nos períodos fiscalizados e posteriores ao do pagamento.

Dado Provimento Parcial ao Recurso.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da **3ª câmara / 2ª turma ordinária** da **TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso voluntário, nos termos do voto do relator.

(assinado digitalmente)

WALBER JOSÉ DA SILVA

Presidente

(assinado digitalmente)

FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS

Relatora

Participaram do presente julgamento, os Conselheiros WALBER JOSE DA SILVA (PRESIDENTE), JOSE ANTONIO FRANCISCO, FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS, HELIO EDUARDO DE PAIVA ARAÚJO, JOSE EVANDE CARVALHO ARAÚJO, GILENO GURJÃO BARRETO.

Relatório

Trata-se de Auto de Infração (fls. 139/145), que constituiu crédito de PIS relativo às competências 04/2001 a 12/2001 e 02/2002 a 11/2002. O lançamento baseia-se em diferença apurada pelo Fisco, entre os valores constantes na contabilidade da Recorrente (em especial, os balancetes elaborados mensalmente pelo próprio contribuinte), e os valores indicados em sua DCTF, como base de cálculo da contribuição.

De acordo com o sucinto Termo de Verificação Fiscal (fls. 120), as diferenças foram apuradas, e consolidadas, nos seguintes termos:

“(...) 2. Nos períodos de apuração de abril de 2001 a novembro de 2002 foram constatadas diferenças entre os valores declarados como devidos a título de Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) nas Declarações de Tributos e Contribuições Federais e os que seriam devidos, calculados com base na escrituração comercial e fiscal do contribuinte, que justificam o lançamento de ofício das diferenças apuradas conforme planilhas "Demonstrativo de Situação Fiscal Apurada" constantes de folhas 137 a 138.

3. Os "Valores do Principal Apurados pelo AFRF" que compõem a primeira coluna dos Demonstrativos de Situação Fiscal Apurada já mencionados foram calculados com base nos balancetes mensais apresentados pelo contribuinte (fls. 26/119), que serviram como fonte de dados para a confecção das planilhas "Planilha de Faturamento — Base de cálculo do PIS/COFINS", em que se apuram as receitas brutas e acréscimos mensais e as exclusões dos valores de devoluções de mercadorias, custo de veículos usados (tratamento como mercadoria em consignação) e de receita de veículos novos (substituição tributária).

4. Em virtude dos fatos acima narrados, lavrou-se o auto de infração em que se faz o lançamento de ofício do PIS devido no montante de R\$ 22.008,21. (...)"

As planilhas indicativas da apuração da base de cálculo e do tributo objeto do auto de infração, encontram-se na sequência (fls. 121/138).

Intimada do lançamento a Recorrente apresentou sua Impugnação (fls. 155/187), alegando em síntese:

- (i) nulidade do lançamento por falta de indicação clara das infrações cometidas e da materialidade dos fatos, o que implica em cerceamento do direito de defesa;
- (ii) nulidade do lançamento pois apesar de indicar que a apuração do tributo lançado levou em consideração balancetes elaborados pela Recorrente, os valores não coincidem com os dos balancetes apresentados;
- (iii) nulidade do lançamento por não ter indicado quais valores exatamente não estariam de acordo com a apuração, bem como quais serviram de base para o lançamento, o que implica em cerceamento de defesa;
- (iv) ilegalidade do auto de infração porque o contribuinte não consegue identificar a origem dos valores utilizados pela fiscalização para promover o lançamento;
- (v) ofensa ao artigo 142 do CTN, por não esclarecer os fatos e as condutas irregulares que teriam sido praticadas;
- (vi) ilegalidade do lançamento que desconsiderou a aplicação da alíquota zero para operações realizadas a partir de dezembro/2002, em razão da instituição do regime monofásico de tributação;
- (vii) ilegalidade do lançamento por ter desconsiderado DARF's recolhidos, antes do procedimento fiscalizatório, complementando os valores indicados nas DCTF's.

A DRJ, ao analisar a impugnação apresentada, **manteve parcialmente o lançamento, reduzindo o valor do PIS lançado em relação às competências para as quais a Recorrente apresentou pagamentos que não foram considerados na apuração do tributo lançado** (e que foram recolhidos em atraso, mas antes do início do procedimento de fiscalização). A decisão restou assim ementada (fls. 933/942):

“ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Período de apuração: 01/04/2001 a 31/12/2001, 01/02/2002 a 31/07/2002, 01/09/2002 a 30/11/2002

ENQUADRAMENTO LEGAL. CERCEAMENTO DE DEFESA.

Estando presente no Auto de Infração o enquadramento legal, não procede a alegação de cerceamento de defesa. Também, a exposição suficiente dos fatos elaborada pelo autuante, com a demonstração inequívoca dos valores submetidos a cobrança, assim como a oferta de um apelo impugnatório em que o direito de defesa é plenamente exercido, suprem as falhas, se estas porventura existirem, na capitulação legal da infração.

PAGAMENTO - O pagamento efetuado antes do início do prosseguimento fiscal, extingue o crédito tributário na forma prevista no artigo 156 do

CTN. VENDA DE VEÍCULOS NOVOS/ SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.

A partir de junho de 2000 as operações da venda de veículos novos passaram a receber tratamento diferenciado, com a introdução do regime de substituição tributária instituído pelo art. 44 da Medida Provisória nº 1.991-15, de 10/03/2000 reeditada pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 24/08/2001, alterado pelo art. 64 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

Lançamento Procedente em Parte”

Irresignada, a Recorrente interpôs Recurso Voluntário (fls. 945/958), oportunidade em que reiterou os argumentos trazidos em sua impugnação de insuficiência de informações e inexatidões no processo de fiscalização, e pleiteou a compensação de valores que teriam sido recolhidos a maior no ano de 2002.

Na seqüência, vieram os autos para decisão.

É o relatório.

Voto

Conselheira Fabiola Cassiano Keramidas, Relatora

O Recurso é tempestivo, e preenche os requisitos de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.

A controvérsia gira em torno de valores tributáveis pelo PIS, mas que não teriam sido incluídos na base de cálculo do tributo, declarada pela Recorrente em suas DCTF's.

O lançamento se refere ao período de 04/2001 a 12/2001 e 02/2002 a 11/2002, de modo que afasto de início as alegações da Recorrente de que o Fisco não teria

observado o regime monofásico de tributação de seus produtos, na medida em que o mesmo passou a ser aplicável apenas a partir de 12/2002.

A Recorrente alega, ainda, que o lançamento é nulo porque não esclarece quais seriam as divergências apuradas pela Fiscalização, o que cercearia sua defesa. Alega, ainda, que embora a fiscalização tenha afirmado que os valores utilizados como base do lançamento sejam originários de seus próprios balancetes, encontra divergências entre os balancetes e as planilhas da autoridade fiscal.

De certa forma, concordo com a Recorrente de que o lançamento é, de fato, um pouco confuso. O Termo de Verificação Fiscal (fls. 120) é extremamente resumido, e não informa com clareza ou detalhes como foram elaboradas as planilhas que originaram o lançamento.

Contudo, se a Recorrente se detivesse para analisar tais planilhas, constataria que as linhas que compõem cada uma das grandezas utilizadas para apuração das bases do tributo lançado indicam as contas dos balancetes a que se referem. Assim, embora as planilhas da fiscalização não tenham utilizado as mesmas denominações das contas existentes nos balancetes, ao indicar os números destas contas torna-se possível identificar a origem de cada um dos valores ali inseridos.

Tomando o mês de dezembro/2001, que foi o único exemplo da suposta inconsistência das planilhas fiscais, indicado pela Recorrente em sua defesa, constato que os valores que o contribuinte alega serem “contraditórios”, em verdade tem origem no balancete daquela competência. Vejamos.

A Recorrente questiona o valor de R\$ 2.313.676,77, indicado pelo Fisco como sendo o valor da Receita de Venda. Analisando a planilha que indica a apuração das bases de cálculo (fls. 123/125), constato que este valor é composto por várias subcontas do balance de dezembro, todas integrantes das contas de “Vendas de Automóveis Novos”, “Venda de Caminhões e Comerciais Novos”, “Venda Veículos Usados”, assim como algumas subcontas da conta de “Vendas Departamento Mecânica”, “Vendas Funilaria e Pintura” e “Vendas Departamento de Peças” (em especial as subcontas que se referem a vendas de produtos e não a serviços). **Todos os valores indicados na planilha da fiscalização coincidem com os valores indicados nos balancetes, para as respectivas subcontas.** O valor total apurado pelo Fisco também está correto e não contradiz nenhuma informação do balancete, como alegou a Recorrente.

As devoluções, cujo total indicado na planilha fiscal soma R\$ 48.209,41 – e não os R\$ 24.709,41, indicados pela Recorrente em seu Recurso Voluntário – também têm origem em subcontas do balancete e os valores coincidem. Assim, novamente, não há qualquer irregularidade ou contrariedade, como alegado.

O valor indicado como receita da prestação de serviços, por sua vez, é a soma de valores indicados em várias subcontas – inclusive de “Vendas do Departamento Mecânica” e “Vendas Funilaria e Pintura”, por exemplo – pois se referem a subcontas de serviços de mão de obra, razão pela qual foram classificadas, pelo Fisco, na apuração de tais receitas (serviços). Não há aí, tampouco, contrariedade.

Em suma, as alegações apresentadas pela Recorrente, no sentido de que não é possível compreender a apuração as bases de cálculo do lançamento, não procedem. Isto

porque, embora trabalhoso, é possível identificar as subcontas que foram utilizadas pela autoridade fiscal na composição de cada conta que integrou a apuração do lançamento. Mesmo as alegadas inconsistências que existiriam entre os valores indicados nos balancetes do contribuinte, e aqueles usados pela fiscalização, não existem.

Portanto, ainda que através de um pequeno esforço, a Recorrente teria condições de compreender exatamente quais valores foram utilizados pela fiscalização pra promover o lançamento. E aí, sim, se não concordasse com os critérios da apuração da base de cálculo do tributo objeto do lançamento, deveria ter apresentado seus argumentos (por exemplo, se não concordasse com a inclusão de determinado valor no cômputo das receitas, ou se alguma exclusão não tivesse sido considerada).

Não tendo sido identificada nenhuma irregularidade neste sentido, o lançamento referente ao ano de 2001 parece adequado.

Em relação ao débito relativo ao ano de 2002, alega a Recorrente que em alguns meses houve recolhimento, e que tais fatos foram constatados pela fiscalização no momento da constituição do crédito tributário. Requer, para estes casos, a aplicação da compensação de ofício para que os créditos sejam considerados e reduzidos dos valores autuados.

Com razão a Recorrente. Os pagamentos realizados a maior pela Recorrente decorreram de erro na apuração do tributo, tal erro foi detectado pela fiscalização no momento da análise das contas contábeis (vide planilha de fls. 136, bem como planilha informada ao final da decisão da DRJ) e, assim como os pagamentos a maior devem ser computados para a apuração do saldo devedor do período.

É preciso obedecer, somente, a ordem cronológica dos pagamentos, para a aplicação dos consectários legais pertinentes, mas **a compensação deve ser realizada de ofício**, pela própria autoridade administrativa. Importante esclarecer que não se trata de procedimento de compensação, menos ainda de compensação realizada em recurso voluntário, até porque não se trata de valores apurados pelo contribuinte mas pela própria fiscalização.

Trata-se de apuração de saldo devedor e alocação de valores, o que pode e deve ser feito pelo agente administrativo no momento da verificação do cumprimento das obrigações principais e acessórias, consubstanciando em mero procedimento de auditoria e retificação de erros diretamente no sistema eletrônico da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Desta forma, correta a Recorrente quando pleiteia que, assim como seus débitos, sejam considerados, para apuração do saldo devido, os valores recolhidos a maior e constados pela fiscalização.

Ante o exposto, conheço do Recurso Voluntário apresentado posto que presentes os pressupostos de admissibilidade, para o fim de DAR-LHE PARCIAL

Processo nº 18471.000731/2004-14
Acórdão n.º **3302-01.559**

S3-C3T2
Fl. 1.632

PROVIMENTO para o fim de determinar o aproveitamento dos valores recolhidos a maior e apurados pela fiscalização às fls. 136 e pela DRJ (recolhimentos complementares), devendo ser realizada a compensação de saldo devedor e credor.

É como voto.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2012

(assinado digitalmente)

Relatora Fabiola Cassiano Keramidas